

## Comércio e Desenvolvimento em África

As negociações Norte-Sul têm vindo a preencher a agenda internacional nos anos mais recentes, nas temáticas das lutas contra a pobreza, contra a fome, contra o fardo da dívida, que vieram a culminar com a aprovação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Contudo, a APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento dos países da OCDE permanece em cerca de 0,3% do PNB em vez dos prometidos 0,7%. Na reunião da OMC de Cancun assistiu-se a uma aliança estratégica das OSC dos PD (Países Desenvolvidos) com a generalidade das organizações dos PED (Países em vias de Desenvolvimento). Contra a agenda liberal e a favor da privatização dos PD contrapuseram os PED as questões da anulação da dívida, a suspensão dos PAE (Planos de Ajustamento Estrutural) do FMI/BM, o aumento da APD para os níveis prometidos e as negociações ficaram assim completamente bloqueadas. Os PED, em particular os africanos, têm vindo a provocar situações de impasse nestes 'fora' na defesa dos seus interesses.

Temos vindo a assistir a um agravamento dos problemas da África Subsahariana em contraste com o aumento das políticas catastróficas da globalização levadas a cabo pelas grandes potências capitalistas. Torna-se assim necessário lançar-se uma campanha internacional a favor da África Subsahariana, através de uma acção de *lobbying* visando esclarecer a opinião pública sobre que se passa em África criando-se uma verdadeira agenda alternativa.

A Reunião de Peritos realizada em Bruxelas de 15 a 17 de Abril de 2004 pretendeu iniciar este processo focalizando-se em três temas: a Dívida, o Comércio Internacional e a Restauração do Estado Social na África Subsahariana.

### **A Globalização**

A globalização é o modo como as Companhias Transnacionais (TNC) reagem à inovação e de fomentarem a livre circulação, através da formação intensiva de recursos humanos, da preparação para o meio envolvente de concorrência e ainda a promoção das infra-estruturas para promover as trocas comerciais. A globalização caracteriza-se pela hegemonia de uma super-potência unipolar, os EUA.

A crise em África é fruto da globalização e está directamente ligada às Políticas de Ajustamento Estrutural (PAE) do FMI/BM, que por sua vez estão na origem de guerras civis como no Sudão, Serra Leoa, etc. O modelo do FMI/BM está focalizado na balança de pagamentos e nas variáveis macroeconómicas. O aumento da dívida não atinge somente os PED, mas também alguns PD como por exemplo alguns países da UE. A economia da África Subsahariana assenta na exportação de matérias-primas (por ex. petróleo e gás natural) que é dominada pelos interesses do imperialismo.

A redução dos salários é vital para a globalização, bem como o aumento de investimento em tecnologia. A globalização caracteriza-se ainda pela racionalização das empresas (fusões, aquisições, etc.) e pelo controlo e necessidade de matérias-primas mais baratas. Quando não há alternativa a guerra serve para prosseguir a luta contra a crise dos lucros. A guerra no Iraque encontra a sua justificação quando Saddam decide passar a vender o petróleo em euros em vez de dólares, o que também justifica a posição europeia neste conflito.

O papel do Imperialismo é central na questão da globalização sendo a desigualdade, a exclusão e a exploração as suas características mais marcantes. Nos Estados africanos para além duma redução

geral dos rendimentos, também se agravaram as desigualdades sociais internas. A tecnologia é outro dos aspectos fulcrais da globalização e o seu acesso é uma das dificuldades para os africanos.

### **O Comércio Injusto como arma da Globalização**

A convergência entre PED e PD não ocorre fundamentalmente por causa das áreas de actividade protegidas e subsidiadas nos PD e pela deterioração dos termos de troca das exportações dos PED. Assiste-se ainda a uma pressão das TNC europeias para o desaparecimento da não reciprocidade dos acordos ACP-UE. O que está em jogo é a agenda da globalização, ou seja, por exemplo os acordos ACP-UE de Cotonou que visam cumprir as orientações da OMC numa interpretação da UE. Por exemplo a iniciativa da UE TSA (Tudo Salvo Armas) para com os Países Menos Desenvolvidos (PMD) tem inúmeras excepções, e ao manterem-se os subsídios proteccionistas da PAC, os produtores africanos vêm dificultado o seu acesso aos mercados dos PD fruto dos apoios aos agricultores da UE, dos EUA e do Canadá. Em resumo a liberalização é para África e não para os produtores dos PD que protegem os seus mercados. A África Subsahariana exporta matérias-primas e importa produtos manufacturados. Em suma a África consome o que não produz e produz o que não consome. Assiste-se a uma desregulação das trocas comerciais. Para além das restrições ao comércio, existem grandes debilidades nas questões de conteúdo ambiental.

A não reciprocidade tem sido e é a base do funcionamento da OMC. O que a UE está agora a propor é que as regras propostas aos países ACP não se aplicam a ela própria (40 anos de subsídios para a agricultura europeia e 4 anos para África).

Poder-se-á pôr a questão de como corrigir a situação actual nos PED de forma a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. No entanto, a resposta não reside em África. A razão principal para a Globalização é a Crise dos Lucros.

Actualmente as condições em África não são seguras para a instalação de indústrias e por isso se exige moralmente melhor governação, isto é, mais lucros. A política dos PD nos PED é a luta pela expansão dos mercados, em especial o mercado da prestação de serviços. É esta a razão por que em África mais importante que a liberalização do comércio de bens é a liberalização dos serviços. A privatização não é uma panaceia para o melhor funcionamento da economia, mas é antes de mais, um meio para criar mais lucros.

O factor governamental em África é a condição necessária para a criação de lucros e, por isso, para a avaliação do risco de investimento das TNC é muito importante a análise deste factor. O mercantilismo que caracteriza as políticas governamentais dos PD visa submeter os governos dos PED para proteger as suas próprias indústrias e trabalhadores.

O Acordo de Cotonou UE-ACP é a resposta da UE à concessão AGOA (Acto de Oportunidade e Crescimento para África) dos EUA no sentido de liberalizar as trocas comerciais com África. Por isso os europeus estão a negociar rapidamente para que as reformas em África se façam em 4 anos. Assim, melhor se entende a pressa que a UE tem em concluir as negociações de Cotonou no sentido de obter vantagens nas futuras rondas comerciais da OMC.

Os APE, Acordos de Parceria Económica, são acordos negociais visando estabelecer áreas de comércio livre entre a UE e as regiões ACP. A UE justificou a necessidade de abandonar os Acordos de Lomé por estes infringirem as regras da OMC em relação à prática de cerca de 90% das preferências comerciais. Assim a UE pretende maximizar o acesso aos mercados dos ACP que, apesar das suas resistências, a UE tem vindo a impor as negociações de Cotonou com base em

acordos de comércio livre e de liberalização da política económica. Os ACP conseguiram a criação de um regime de negociação com 2 níveis, dando maior ênfase à 1ª fase (UE - todos os ACP) e atribuindo um peso menor à 2ª fase (UE - APE ACP) para questões mais detalhadas e específicas. Os termos do Acordo proposto pelos ACP contemplavam as componentes de desenvolvimento em contraste com os interesses da UE que incidiam sobre a liberalização prevista pela OMC. Assim para a abertura dos mercados ACP, estes exigiam contrapartidas para o desenvolvimento em resposta à liberalização imposta pela UE.

Existiu, desde logo, uma discordância fulcral na questão da liberalização dos serviços públicos se deveria ser acordada nos APE (posição da UE) ou na OMC (posição dos ACP). A CE da UE pretendeu ainda reintroduzir a agenda de Singapura mas este assunto foi rejeitado pelos embaixadores ACP que não tinham mandatos dos respectivos governos para a sua negociação.

Contudo, perante a lentidão das negociações da 1ª fase, os países da África Ocidental (CEDEAO) romperam o consenso ACP e decidiram avançar para a 2ª fase de negociações. Passou-se assim à 2ª fase sem haver concordância nas questões fundamentais e decidiu-se prosseguir com as negociações dos APE com a divisão de agrupamentos de países mais ou menos 'ad-hoc' em especial na África Oriental e Austral em duas sub-regiões SADC [7 países - 4 SACU e 3 PMD (Angola, Moçambique e Tanzânia)] e ESA (16 países da África Oriental e Austral). Uma análise da distribuição dos países pelos 2 grupos só é justificada por necessidades orçamentais internas, pois importa concluir o Acordo APE de Cotonou, para que se passe à fase de atribuição de financiamentos do FED e outras facilidades da UE. Os diversos grupos africanos estão a preparar-se para a 2ª fase de negociações, apesar das suas insuficiências de competências técnica, que deverão estar concluídas até 2005, para revisão em 2006 e para a assinatura final ter lugar até 2007, sem que se saiba o que irá acontecer à perda de receitas dos países ACP pela liberalização do comércio a operar pela implementação do Acordo de Cotonou. Não foram realizados estudos aprofundados de impacto das medidas de liberalização previstas no Acordo de Cotonou. Note-se que esta negociação se está a realizar numa altura em que os países africanos enfrentam problemas complicados nos seus projectos de integração regional.

O que está a acontecer em África é uma redistribuição das áreas geográficas de influência dos PD, através da imposição pela UE do regionalismo APE. Estamos na verdade perante uma nova Conferência de Berlim.

## **O Peso da Dívida**

Já em 1999 o G7 tinha prometido anular a dívida aos PMD, mas também nada foi feito. Durante a discussão dos Objectivos Gerais do Milénio na Assembleia-geral da ONU o Secretário-geral afirmou que os PED enviaram para os PD mais de 2 biliões de US\$. Assim os países pobres transferem mais recursos do que recebem dos PD e das organizações multilaterais. Também por estas razões as condições sociais e económicas pioram em África e o serviço da dívida faz desviar verbas importantes dos sectores da Educação, Saúde e Serviços Públicos. O reescalamento da dívida não resolve a questão. Por exemplo os países abrangidos pela iniciativa HIPC (Países Pobres Altamente Endividados) promovida pelo FMI/BM, não obtiveram até agora resultados concretos porque prevê o reescalamento e não a anulação da dívida. No entanto o que está em jogo é a anulação e não o reescalamento da dívida, e o peso da dívida na África Subsahariana é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento económico e social. As condições de imposição de reformas estruturais no âmbito dos Planos de Redução da Pobreza também não resolvem o problema da dívida, pois na realidade os credores já viram satisfeitas as suas dívidas. O sofrimento dos povos africanos é agravado, não apenas pelo serviço da dívida, mas também pelos condicionalismos que ela induz para a sua liquidação. O IDE (Investimento Directo Estrangeiro)

impõe ainda mais condicionalismos aos PED de África e impede na prática a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milénio. A ligação da dívida aos Planos de Redução da Pobreza e HIPC pouco ou nada contribuem para o desenvolvimento.

A dívida interna dos PED africanos tem vindo a crescer e a dívida externa experimenta uma estabilização. Não existindo um sistema governamental de gestão da dívida nos PED a solução efectiva desta questão torna-se mais problemática. Os subsídios aos agricultores dos PD e os obstáculos criados às importações intra africanas agravam a satisfação do serviço da dívida (por exemplo as importações de algodão na África Ocidental de produtores dos EUA em detrimento dos produtores oeste-africanos).

### **A Restauração do Estado Social**

O estado social de bem-estar em África não tem vindo a evidenciar melhoras significativas. Os Planos de combate à pobreza põem restrições nas políticas orçamentais em relação às prestações públicas. O sistema de ajuda condicionada do FMI/BM tem conduzido a uma deterioração do estado social. O aumento da ajuda só conduziu a mais miséria. O Estado Social deveria proteger os interesses dos mais fracos e contudo assistimos ao seu enfraquecimento progressivo.

Foram definidos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e temos vindo a constatar ao adiamento constante das metas traçadas face aos fracos resultados que se têm vindo a verificar nos PED. A arena internacional é dominada pelas políticas neo-liberais dos PD e das multinacionais, embora contrariada pelo surgimento do movimento social anti-globalização que tem vindo a crescer em todo o mundo. É impossível o reforço do papel do estado em África sem a implementação do estado social, para o qual é imprescindível o contributo consciente dos actores sociais, ONG e outras organizações da sociedade civil, é imprescindível. Existe a necessidade de se articular a política social com a política macroeconómica, pois ambas se reforçam mutuamente, e de ainda se investir nas produções no continente e na defesa dos interesses africanos nos areópagos internacionais, com destaque para as negociações na OMC e no Acordo ACP-UE de Cotonou.

A implantação da democracia política de tipo ocidental em África tem que percorrer o seu caminho, aprendendo na prática e ir sabendo adaptar-se ao seu contexto social, a restauração do estado social e o papel das ONG pode ser mais efectivo desde que o poder de decisão resida nas sociedades civis africanas o que poderá limitar o impacto das crises económicas internacionais e ainda o importante papel das Culturas africanas na restauração do estado social, no sistema democrático a implementar e nas acções para o desenvolvimento.

### **O Comércio como alavanca para o Desenvolvimento**

A UE pode jogar um papel crucial se resolver cancelar totalmente a sua dívida bilateral, poderá influenciar o FMI/BM na resolução das dívidas multilaterais e solicitar ainda a suspensão dos PAE, tendo em atenção que as políticas de liberalização e privatização neles preconizadas só pioraram a situação na generalidade dos PED. Os Deputados do Parlamento Europeu também poderão ajudar a anulação da dívida, influenciando os seus governos nacionais e a Comissão Europeia. Petições e outras formas de protesto poderão ser empreendidas na luta pela anulação da dívida, podendo encarar-se a constituição de um novo movimento semelhante ao 'Jubileu 2000', envolvendo os cidadãos europeus solidários.

Deu-se o exemplo de Mobutu que utilizou a dívida pública para fins pessoais e daí a necessidade de se acordar a devolução aos países africanos do dinheiro ilegítimo depositado nos PD após o derrube dos ditadores. É preciso ampliar os movimentos que lutam pelo não pagamento do serviço da dívida quando é impedido o desenvolvimento de programas sociais, como é o caso de um movimento no Senegal. No que diz respeito à dívida os países africanos pagam e continuam a pagar. É altura de tomar a decisão de não pagar e encarar as consequências desta posição. Evitar a contracção de novos empréstimos é fundamental, como por exemplo no Burkina foi realizado um pedido interno de contribuições para financiar a equipa nacional de futebol e obras sociais no país. Realçou-se a importância de se explicar as razões da acumulação da dívida e de qual o papel dos ministros e responsáveis africanos nas negociações de empréstimos e do serviço da dívida.

Os planos de combate à pobreza podem contribuir para a melhoria do nível de vida das populações africanas desde que devidamente aproveitados. Teremos assim que nos interrogar se as alternativas a implementar deverão ocorrer dentro do sistema capitalista ou fora.

As alternativas a delinear numa perspectiva estratégica são a utopia (visão a longo prazo), os objectivos a médio prazo e os resultados concretos (iniciativas a curto prazo). A utopia consiste num projecto mobilizador para um mundo melhor, ou seja, a importância do 'sonho' numa dinâmica de mudança.

Os objectivos a médio prazo devem consistir na formulação de metas alcançáveis baseadas em projectos concretos no domínio económico com uma componente social, tendo sempre em mente que as actividades humanas não dependem exclusivamente do mercado sendo assim imperioso mudar as relações norte-sul, e no domínio político, com acções contra as políticas de globalização e de reforço, democratização e reforma da ONU e das organizações multilaterais como o FMI/BM. Em relação à reforma das instituições multilaterais e do FMI/BM foi referida a sua necessidade e urgência, dado não existir qualquer sensibilização na Europa, e nos PED haja ausência de argumentos que apoiem esta medida. Existe, contudo, alguma consciência de que a África não precisa do FMI/BM, mas este precisa dos empréstimos aos países africanos, nem que seja para impedir que cerca de metade do seu pessoal seja despedido.

As iniciativas a curto prazo devem contemplar a implementação de regras de um sistema justo e sustentável do comércio e finanças internacionais e a criação de novas instituições internacionais nos campos da arbitragem da dívida, finanças para o desenvolvimento, disputas comerciais, diversidade cultural, apoio a negociações bilaterais e multilaterais. É essencial a necessidade de um acordo internacional sobre o emprego, justiça económica, segurança alimentar, ambiente sustentado e estabilidade financeira. A credibilidade das alternativas apresentadas tem a ver com a vontade política de implementar acções concretas de forma solidária.

O combate contra a globalização inventariou algumas formas de luta já utilizadas ou a empreender tais como a aprovação de resoluções no parlamento europeu para a realização de estudos de impacto económico e ambiental da implementação de APE, obrigar a CE e os estados membros da UE a definirem-se em relação aos APE como não sendo áreas de comércio livre, promover a articulação da esquerda do Parlamento Europeu e os parlamentares dos ACP.

Os aspectos da construção de uma alternativa africana permitiu levantar algumas iniciativas que os países africanos poderão levar a cabo como sejam a utilização dos planos de combate à pobreza para estudar o acesso aos mercados de produtos africanos com o objectivo de produzir o que se consome e diminuir a importação, promover a criação de mercados e feiras regionais para o escoamento de produções nacionais, organização da Sociedade Civil africana para apoiar os

governos ACP, melhorar a capacidade negocial africana se possível ao nível da CE, proceder ao estudo cuidadoso do acordo de comércio livre UE-África do Sul, não permitir que os eventuais atrasos nas negociações provoquem adiamentos em projectos nos ACP, e definir uma estratégia de integração regional diferente da imposta pela UE na formação dos agrupamentos APE.

Na fase actual os estados africanos não têm força, nem capacidade, para combaterem abertamente as grandes potências ocidentais. Podem, contudo, empreender-se pequenas acções concebidas internamente com regras mutuamente aceites pelos países intervenientes. Por exemplo o Burkina Faso poderá fornecer o algodão às fábricas de vestuário e têxteis do Gana, evitando que este se abasteça no mercado internacional, retomando uma relação estreita anterior.

Existem exemplos em que a acção do sector público teve mais êxito que a iniciativa privada, só que tais factos não são divulgados, só sendo referidos os eventuais erros cometidos. O exemplo do serviço de abastecimento de água no Gana é uma acção exemplar, pois os movimentos sociais conseguiram parar um processo de privatização.

A África tem que se convencer que é possível realizar obras concretas com recurso a ideias inovadoras.

Paulo S. Palhares  
(Maio 2004)